

Sumário

Palavras Prévias – 12ª edição (a Reforma do Código Civil no Projeto do Senado: contexto e mudanças)	21
Apresentação	37
Prefácio	39
 Capítulo I ► Introdução ao Direito das Sucessões	 41
1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico.....	42
2. Objeto da sucessão hereditária (<i>causa mortis</i>): a transmissão patrimonial	44
2.1. A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas	44
2.2. Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais	46
2.3. A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório	50
2.4. A situação especial das obrigações <i>propter rem</i>	53
2.5. Contas bancárias conjuntas	54
2.6. Seguro de vida	55
2.7. A herança digital: a interessante transmissão dos bens digitais	56
2.8. As milhas aéreas, as pontuações de programas de fidelidade e a sucessão do titular	61
3. o direito das sucessões	62
3.1. O Direito Civil entrecortado pela norma constitucional: a dignidade humana como motor de impulsão da ordem jurídica.....	62
3.2. A sucessão na perspectiva constitucional	63
3.3. O Direito das Sucessões na perspectiva de inclusão e garantismo do Direito das Famílias e um histórico desalinhamento entre as relações familiares e sucessórias.....	65
3.4. Noções conceituais sobre o Direito das Sucessões a partir da propalada bipartição das normas jurídicas (normas-regras e normas-princípios).....	66
3.5. A função social da sucessão	69
3.6. Fundamentos justificadores do Direito das Sucessões	70
3.7. Conteúdo do Direito das Sucessões	73
4. Terminologias essenciais.....	74
4.1. Autor da herança ou <i>de cujus</i>	74
4.2. Sucessor: herdeiro ou legatário	74
4.3. Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário.....	75
4.4. A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários) em uma necessária visão crítica	79
4.4.1. Noções gerais sobre a legítima.....	79
4.4.2. Fundamentação da legítima e os seus diferentes tratamentos jurídicos.....	81
4.4.3. Cálculo da legítima.....	83
4.4.4. Proposições para a mitigação da legítima através da técnica de derrotabilidade das normas-regras	85
4.4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	89

4.4.6. A possibilidade de renúncia antecipada à legítima em contratos de casamento ou união estável	92
4.5. Herdeiro universal	93
4.6. Herança e espólio	93
4.7. Herança e meação	96
4.8. Herança e a aceitação com benefício de inventário	97
4.9. Inventário e partilha	98
5. A desconsideração da personalidade jurídica no Direito das Sucessões	100
6. O planejamento sucessório	105

Capítulo II ► Elementos genéricos do Direito das Sucessões (a sucessão em geral) 113

1. Linhas gerais sobre a morte	114
1.1. Prolegômenos sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte	114
1.2. A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro	116
1.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência)	118
1.4. O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>)	121
1.5. A comoriência	128
1.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial	132
2. A transmissão automática da herança (abertura da sucessão)	139
2.1. A abertura da sucessão	139
2.2. Outros efeitos decorrentes da transmissão automática (<i>saisine</i>)	144
2.2.1. Generalidades	144
2.2.2. Fixação da norma material sucessória	145
2.2.3. Verificação da legitimação sucessória	148
2.2.4. O cálculo da legítima	148
2.3. O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário e a incidência da norma sucessória mais favorável ao herdeiro brasileiro	153
3. A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder	159
3.1. Prolegômenos sobre a legitimação sucessória	159
3.2. Momento para a aferição da legitimação sucessória	161
3.3. A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial	162
3.4. Legitimação para suceder por testamento	168
3.5. A falta de legitimação para a sucessão testamentária	172
4. A indignidade e a deserdação	179
4.1. Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação	179
4.2. Natureza jurídica da indignidade e da deserdação	181
4.3. A questão do reconhecimento judicial	182
4.4. Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação	185
4.5. O indigno ou deserdado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé	188
4.6. A indignidade	189
4.6.1. Generalidades	189
4.6.2. Pontos de afinidade entre a indignidade e a deserdação	191

4.6.3.	Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	191
4.6.4.	A (não) taxatividade das hipóteses de indignidade previstas em lei (CC, art. 1.814): a questão da interpretação restritiva das hipóteses de indignidade e a tese da tipicidade finalística	193
4.6.5.	Hipóteses de cabimento	199
4.6.6.	Reabilitação do indigno (perdão do ofendido)	206
4.7.	A deserdação	210
4.7.1.	Noções gerais	210
4.7.2.	Alcance subjetivo da deserdação: os herdeiros necessários.....	212
4.7.3.	Pressupostos da deserdação.....	217
4.7.4.	Causas deserdativas dos herdeiros necessários	222
4.7.5.	A deserdação <i>bona mente (pro bono)</i>	228
4.7.6.	O perdão do ofendido (reabilitação do deserdado).....	230
5.	A cessão de direitos hereditários (cessão de herança)	231
5.1.	Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários.....	231
5.2.	Direito de preferência ou prelação (preempção) e o procedimento da ação de preferên- cia.....	232
5.3.	Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	243
5.4.	Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário.....	247
5.5.	Efeitos da cessão de direitos hereditários	248
6.	A aceitação da herança	250
6.1.	Breve esboço histórico.....	250
6.2.	Noções conceituais	251
6.3.	Aceitação da herança com benefício de inventário	253
6.4.	Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretratabili- dade)	254
6.5.	Integralidade da aceitação	256
6.6.	Formas de aceitação da herança.....	258
6.7.	Direito de deliberar sobre a aceitação da herança	260
7.	A renúncia da herança.....	263
7.1.	Generalidades e noções conceituais	263
7.2.	Requisitos da renúncia da herança	265
7.3.	Efeitos da renúncia da herança.....	269
7.4.	Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	272
7.5.	Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar)	273
7.6.	Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa)	277
8.	A petição de herança	278
8.1.	Noções gerais sobre a petição de herança.....	278
8.2.	Natureza jurídica da ação de petição de herança	281
8.3.	Legitimados para a ação de petição de herança	283
8.4.	O objeto da petição de herança.....	285
8.5.	A prescritibilidade da pretensão de petição de herança.....	286
8.6.	Efeitos da petição de herança	293
8.7.	A petição de herança e o herdeiro aparente	294

Capítulo III ► A sucessão legítima (a sucessão operada por força de lei) 299

1. Noções gerais e históricas sobre a sucessão legítima.....	300
2. A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima	304
3. A herança jacente e a herança vacante.....	313
3.1. Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído (testamentário)	313
3.2. A herança jacente	315
3.3. A herança vacante.....	316
3.4. Abertura simplificada da vacância	319
3.5. Direito de cobrança de créditos	319
4. A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe)	320
4.1. Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação	320
4.2. Fundamentos da sucessão por representação	322
4.3. Campo de aplicação da sucessão por representação.....	322
4.4. Linhas de incidência da sucessão por representação.....	324
4.5. Uma proposta interpretativa: sucessão por representação em caso de comoriência entre pais e filhos.....	326
4.6. Pressupostos para a sucessão por representação	327
4.7. Efeitos da sucessão por representação	329
5. A sucessão dos descendentes	330
5.1. Generalidades sobre a sucessão dos descendentes	330
5.2. Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes	331
5.3. A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade	335
6. A sucessão dos ascendentes.....	337
7. A sucessão do cônjuge.....	341
7.1. Generalidades sobre a sucessão do cônjuge.....	341
7.2. A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil	345
7.3. A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato, independentemente de lapso temporal.....	348
7.4. A suposta (e inexistente) concorrência sucessória entre o cônjuge sobrevivente e o companheiro supérstite.....	351
7.5. A concorrência do cônjuge ou companheiro com os descendentes do autor da herança.....	352
7.5.1. Fundamentos da concorrência entre o cônjuge ou companheiro e os descendentes	352
7.5.2. A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge ou companheiro e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança).....	353
7.5.3. A ilógica concorrência do cônjuge ou companheiro em regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido.....	358
7.5.4. Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes	366
7.5.5. Percentual sucessório cabível ao cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes.....	369
7.6. A concorrência do cônjuge ou companheiro com os ascendentes do autor da herança	371
7.7. O cônjuge ou companheiro como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência)	373
7.8. O direito real de habitação do cônjuge ou companheiro	375

8. A sucessão do companheiro	383
8.1. Breve esboço evolutivo da união estável: vencendo um histórico de desigualdades	383
8.2. A necessidade de compreensão da norma sucessória da união estável em conformidade com a arquitetura constitucional da matéria	385
8.3. O sistema sucessório da união estável na redação originária do Código Civil.....	389
8.4. O reconhecimento da inconstitucionalidade do sistema sucessório do companheiro e a aplicação das regras hereditárias do cônjuge	391
8.5. Críticas (merecidas) ao sistema sucessório do casamento e da união estável consagrado pelo Supremo Tribunal Federal	396
8.6. Necessidade de prova da qualidade de companheiro para a reclamação de direitos sucessórios.....	398
8.7. Inexistência de concorrência entre o companheiro e os colaterais.....	399
8.8. O caráter residual da herança jacente e vacante e a não concorrência entre o companheiro e a Fazenda Pública.....	400
8.9. O direito real de habitação do companheiro sobrevivente	402
8.10. O concubinato, a união estável putativa e a (in)existência de direito sucessório	404
8.11. Regra de transição para a aplicação do sistema sucessório do casamento na união estável.....	408
9. A sucessão dos colaterais	411

Capítulo IV ► A sucessão testamentária (a sucessão de acordo com a vontade do titular do patrimônio)..... 415

1. Lineamentos sobre o testamento.....	416
1.1. Breve esboço evolutivo	416
1.2. A pouca utilização prática da sucessão testamentária.....	419
1.3. A liberdade de dispor sob a perspectiva civil-constitucional e a (im)possibilidade de renúncia antecipada à herança.....	421
2. Noções conceituais, objeto e características do testamento.....	423
2.1. Noções conceituais sobre o testamento	423
2.2. O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade	425
2.3. A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas <i>post mortem</i>	426
2.4. A natureza não testamentária do testamento vital (<i>living will</i> ou diretivas antecipadas)	430
2.5. Características fundamentais do testamento	433
2.6. A proibição do pacto sucessório	438
3. Capacidade testamentária	440
3.1. Lineamentos gerais.....	440
3.2. A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar).....	442
3.3. Momento de verificação da capacidade testamentária ativa	447
3.4. A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder)	448
3.5. Prazos especiais para a impugnação do testamento e das cláusulas testamentárias (regras testamentárias distintas da teoria geral dos negócios jurídicos)	449
4. As diferentes formas testamentárias	451
4.1. Referências gerais e a necessidade de aproveitamento da vontade, com eventual mitigação das formalidades testamentárias	451

4.2. O testamento elaborado por meio eletrônico	455
4.3. As testemunhas testamentárias	456
4.4. Testamento público	460
4.5. Testamento cerrado, secreto ou místico.....	465
4.6. Testamento particular ou holografo (inteiramente escrito pelo testador)	468
4.7. Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico	472
4.8. Testamentos especiais: militar	475
4.9. A exigência de prévia chancela judicial para o cumprimento de testamentos	477
4.10. A cláusula geral de possibilidade de celebração de negócio jurídico atípico pelos interessados com alteração do procedimento e a sua aplicação à facilitação da ação de cumprimento de testamento	480
4.11. A possibilidade de alteração do procedimento sucessório de cumprimento de testamento e de inventário	481
5. O codicilo.....	485
5.1. Prolegômenos	485
5.2. Noções conceituais	486
5.3. Objeto do codicilo.....	488
5.4. Revogação do codicilo	490
6. As cláusulas testamentárias.....	491
6.1. Introdução: as disposições testamentárias.....	491
6.2. A nulidade das cláusulas derogatórias	493
6.3. Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo)	493
6.4. Interpretação das disposições testamentárias.....	499
6.5. Invalidade das disposições testamentárias	501
6.6. Nomeação por certo motivo.....	508
6.7. Cláusulas testamentárias restritivas	509
6.7.1. Generalidades	509
6.7.2. Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima.....	511
6.7.3. Mitigação das cláusulas restritivas	517
6.7.4. Extensão temporal da cláusula restritiva.....	520
7. A redução das cláusulas testamentárias	521
8. O direito de acrescer.....	525
8.1. Lineamento da matéria.....	525
8.2. O direito de acrescer no campo sucessório	526
8.3. Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros.....	529
8.4. Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários	531
8.5. Direito de acrescer no legado de usufruto.....	532
9. O testamenteiro	532
9.1. Noções gerais	532
9.2. Funções do testamenteiro	535
9.3. Aceitação do encargo pelo testamenteiro	537
9.4. Remuneração do testamenteiro.....	538
10. A substituição testamentária	540
10.1. Prolegômenos sobre a possibilidade de substituição testamentária	540
10.2. Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro.....	541

10.3. A substituição vulgar ou ordinária	541
10.4. A substituição recíproca.....	543
10.5. A substituição fideicomissária.....	544
11. Invalidade, caducidade, revogação e rompimento do testamento.....	548
11.1. Noções gerais sobre a extinção do testamento	548
11.2. Extinção do testamento por invalidade.....	549
11.3. Caducidade do testamento.....	554
11.4. Revogação do testamento.....	555
11.5. Rompimento do testamento	558

Capítulo V ► Inventários e partilhas: aspectos materiais e processuais..... 561

1. Noções gerais sobre o inventário	562
2. O procedimento de inventário.....	564
2.1. O procedimento contencioso de inventário.....	564
2.2. O inventário negativo.....	565
2.3. Os diferentes procedimentos de inventário (as técnicas procedimentais sucessórias).....	568
2.4. O procedimento tradicional de inventário	569
2.5. O arrolamento sumário.....	570
2.6. O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo)	573
2.7. O inventário extrajudicial (inventário em cartório).....	576
2.8. O alvará judicial	583
2.9. A partilha por ato entre vivos (a partilha em vida).....	587
3. Competência.....	590
4. Prazo de abertura.....	595
5. Legitimidade para a abertura do inventário	596
6. Valor da causa e custas processuais.....	600
7. O juízo universal do inventário e as questões que dispõem de prova documental	601
8. O inventariante	604
8.1. Noções gerais	604
8.2. A nomeação do inventariante.....	607
8.3. A inventariança e a representação do espólio	610
8.4. As atribuições	612
8.5. A remoção e a destituição do inventariante	615
9. O procedimento (comum) de inventário.....	618
9.1. Generalidades e a possibilidade de designação de audiência em nome da diretriz da consensualidade.....	618
9.2. Petição inicial	619
9.3. As primeiras declarações e as científicações (citações e intimações)	620
9.4. Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (custos juris).....	623
9.5. Impugnações.....	625
9.6. Avaliações e a possibilidade de produção antecipada de prova, prova emprestada e aplicação da teoria da carga dinâmica probatória	625
9.7. As últimas declarações e o recolhimento tributário.....	630
9.8. Pagamento das dívidas do falecido e a (im)possibilidade de cobrança de indenização por uso exclusivo de bem comum do espólio por um dos coerdeiros	633

9.9. Usucapião entre coerdeiros? E a gestão de negócios?	639
9.10. Sonegados	641
9.11. Colação e redução das doações inoficiosas	645
9.11.1. Generalidades	645
9.11.2. Alcance subjetivo da colação (quem está obrigado a colacionar?)	647
9.11.3. Cálculo do valor do bem a ser colacionado.....	650
9.11.4. Dispensa da colação (doação no limite da cota disponível ao titular).....	654
9.11.5. A doação remuneratória de ascendente para descendente: critério finalístico....	656
9.12. A partilha	657
9.12.1. Noções conceituais	657
9.12.2. Espécies de partilha	660
9.12.3. A anulação e a rescisão da decisão de partilha	663
9.12.4. O cabimento da emenda da partilha.....	667
9.12.5. A sobrepilha sucessória (prospectiva e retrospectiva).....	668
9.12.6. A eventual necessidade de garantia dos quinhões hereditários	672
Bibliografia	675